



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140791 - GO (2021/0001687-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : ANTONIO AUGUSTO GOMES NUNES
ADVOGADO : RODRIGO QUEIROZ DIAS - GO034411
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTONIO AUGUSTO GOMES NUNES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5551488-25.2020.8.09.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente em razão da suposta prática do delito previsto no artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão cautelar.

Salienta que o fato de o recorrente responder a outra ação penal não justificaria o seu encarceramento provisório.

Alega que a quantidade de droga apreendida seria pequena, podendo responder o processo em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva do acusado, além do "reconhecimento do excesso de prazo e desproporcionalidade em sede de liminar".

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente